

# **EDUCAÇÃO PARA UMA PEDAGOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA**

Pedro Moreira da Silva Neto\*

Fausto dos Santos Amaral Filho\*\*

## **RESUMO**

O artigo busca relacionar o pedagogo na comunidade e o mundo comunitário para subsidiar a ação pedagógica. O sentido de comunidade é abrangente e se refere ao pólo gerador do bem estar humano, e/ou de sua marginalização e sua riqueza. Discute-se que a comunidade tanto quanto a ação pedagógica se fazem através do diálogo, o que possibilita aprendizados. Considera-se que a Ciência da Educação abre-se em perspectiva de uma Pedagogia Social Comunitária, tratando-se de um suporte aos anseios de uma comunidade e que, portanto, a ação pedagógica não pode estar distante da realidade das relações que faz existir a comunidade, e a intervenção pedagógica com estagiários e/ou pedagogos se faz como princípio de respeito à comunidade e de educação compreendendo a crítica da realidade concreta.

Palavras Chave: pedagogia social, comunidade, educação.

## **EDUCATION TO A COMMUNITY SOCIAL PEDAGOGY**

## **ABSTRACT**

The article seeks to relate the educator in the community and the world community to support the pedagogical action. The sense of community is broad and refers to the pole generating human welfare, and / or their marginalization and its wealth. It is argued that the community as much as to make the pedagogical action through dialogue, which enables learning. It is considered that the Education Science opens in a perspective of Community Social Pedagogy since it is a support to the desires of a community and therefore, the pedagogical action can not be far from the reality of relationships that do exist community, and educational intervention with interns and / or teachers to do as a principle of respect for community and education realizing the critique of reality.

Keywords: social pedagogy, community, education.

PEDAGOGIA E COMUNIDADE

A educação vista como um todo não está dissociada da realidade do sujeito em comunidade. Tendo isto em vista, discute-se a necessidade de uma Pedagogia Social especificada na comunidade, compreendendo as características locais associativas com o processo educacional. Isso quer dizer que a comunidade deve ser interrogada, que forçosamente não há como estabelecer metas educacionais que não correspondam à dimensão da comunidade em sua especificidade.

Com nossa breve reflexão buscamos entender como a Pedagogia Social deve integra-se a um complexo macro educacional na sociedade, considerando as especificidades locais tanto quanto as dimensões metodológicas de promoção educativa e não apenas visando a educação propiciada a uma comunidade específica. Para compreender a passagem significativa das relações da Pedagogia Social para uma Pedagogia Social Comunitária, discutiremos, com os autores, o aprofundamento das questões sociais locais e sua repercussão na educação.

Entende-se que a realidade local, a comunidade propriamente dita, tem anseios que devem ser dimensionados na ação interventiva da Pedagogia Social; sendo assim, para a aplicação metodológica do ensino, há que se levar em conta as distinções entre a comunidade e sua realidade social. Portanto, considerando uma Pedagogia Social que seja comunitária, elo das relações de aprendizagem no espaço local, o ensinar se faz dimensionado *no que* ensinar em relação à comunidade. O ensinar *tudo a todos* comeniano se refaz atualizado em ensinar tudo a todos em comunidade. Essa proposição nos encaminha para o aprofundamento do conhecimento comunitário e a sua relação com a realidade local, para o desenvolvimento de uma dinâmica educacional.

## A COMUNIDADE DE TODOS

O estudo da comunidade oferece na práxis<sup>i</sup> o conhecimento das relações humanas, fazemo-nos de diferentes modos e de uma mesma tessitura. Nos anos 60 do século passado, Paulo Freire (1967) demonstrou que, relacionar a atividade do homem com a pedagogia, se faz necessário para a facilitação do ensino e da aprendizagem. A Pedagogia Social Comunitária busca disseminar a concepção de que os homens conhecem a sua prática social, e, portanto, toda intervenção pedagógica que se faça em uma comunidade, deve ter, por princípio, a clareza de que se está adentrando em um universo novo, não conhecido, de relações sociais em movimento. A Pedagogia Social, no sentido comunitário, propicia a especialização pedagógica, especificando e direcionando a educação, sem perder de vista que o sujeito está em relação, não está

dissociado de sua realidade (GUARESCHI, 2009). O sujeito é sempre o sujeito em comunidade e a comunidade, por sua vez, é a comunidade inserida no todo social.

Sociólogos como Zygmunt Bauman (2003) e Robert Castel (2010) buscam entender a relação da comunidade com o processo de globalização na contemporaneidade. Ambos se dão conta de que a comunidade é de todos os seus membros, daqueles que estão nela presentes, conhecendo-se uns aos outros, e que sabem reconhecer, inclusive, os estranhos à comunidade. Trata-se de comunidade no pleno de sua gênese, de um surgimento orgânico, proveniente da ação social prática e não artificial.

Esse modo de se estabelecer em comunidade não surge ao acaso, sendo produzido tanto pelo aspecto antropológico quanto pelas políticas públicas que colocam à margem do desenvolvimento social uma grande parcela da população. São tais contingências sociopolíticas da realidade que necessitam ser enfrentadas. Se as comunidades se operam entre si na busca da conquista dos meios para sobrevivência, garantem da mesma maneira que certos conhecimentos sejam repassados aos seus membros, consubstanciado, dessa maneira, as características pelas quais se apresentam diferenciadamente.

Assim, não é possível que um grande período que mobilizou a formação da comunidade seja destituído de seus valores, de suas características em favor de uma educação unívoca, que se considera salvadora. Se isso acontece é em prejuízo ao homem que é em essência comunidade.

“Para começar, a comunidade é um lugar “cálido”, um lugar confortável e aconchegante. É como um teto sob o qual nos abrigamos da chuva pesada, como uma lareira diante da qual esquentamos as mãos num dia gelado. Lá fora, na rua, toda sorte de perigo está à espreita; temos que estar alertas quando saímos, prestar atenção com quem falamos e a quem nos fala, estar de prontidão a cada minuto. Aqui, na comunidade, podemos relaxar — estamos seguros, não há perigos ocultos em cantos escuros (com certeza, dificilmente um “canto” aqui é “escuro”). Numa comunidade, todos nos entendemos bem, podemos confiar no que ouvimos, estamos seguros a maior parte do tempo e raramente ficamos desconcertados ou somos surpreendidos. Nunca somos estranhos entre nós.” (BAUMAN, 2003, p.08).

A comunidade obriga que os sujeitos entre si se entendam, e que se pode ser quem se é na práxis das relações compartilhadas com a segurança; nos múltiplos modos de ser, de viver, de se inter-relacionar. E quando tratamos do pedagogo queremos explicitar

o sujeito em estágio e com formação em Pedagogia que trabalha junto às comunidades, sejam distantes ou próximas e/ou de entorno às escolas onde atuam profissionalmente. A Pedagogia Social Comunitária<sup>ii</sup> em sua atividade de intervenção na comunidade se realiza através da compreensão da organização social, construindo métodos e promovendo o ensino, que só é possível com a participação do pedagogo social junto à comunidade.

## PEDAGOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA

O estudo pedagógico que trata da educação comunitária não deixa fora as questões que o envolvem, as ações educativas em comunidade estão inter-relacionadas com as políticas públicas em educação, que estabelecem a dinamização do ensino formal e o comunitário. No Brasil, os PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais se abrem para tratar da ação pedagógica na comunidade. “Os PCN recomendam que o trabalho pedagógico deve partir do conhecimento das demandas sociais existentes no Brasil. A proposta é a de tratar a cidadania com base na atitude de valorização da solidariedade como princípio ético e como fonte de fortalecimento recíproco”(SILVA, 2007, p.02). Trata-se de disponibilidades de lei que devem ser ajustadas na prática comunitária, e isto quer dizer que a fundamentação da Educação Comunitária é interventiva, isto é, a teoria e a prática caminham juntas para o desenvolvimento pedagógico.

A escola, na perspectiva de construção de cidadania, precisa assumir a valorização da cultura de sua própria comunidade e, ao mesmo tempo, buscar ultrapassar seus limites, propiciando às crianças pertencentes aos diferentes grupos sociais o acesso ao saber, tanto no que diz respeito aos conhecimentos socialmente relevantes da cultura brasileira no âmbito nacional e regional como no que faz parte do patrimônio universal da humanidade (BRASIL, 1997, p.30).

Um patrimônio humano que não pode, portanto estar desvinculado de sua própria origem humana e crítica da realidade. A cidadania não é, portanto, obediência a um estado de direito na forma negativa de obrigações e de restrições, o exercício da cidadania exige a crítica do real concreto. A Pedagogia Social em seu marco conceitual é definida como campo da ciência educacional (Pedagogia), que se refere ao sujeito em comunidade. Esse princípio norteia abrangentemente a ação da Pedagogia Social, que se direciona a especificidade social, cultural e política da comunidade, modificando a ênfase por período histórico; e, por este motivo, tratamos aqui de uma Pedagogia Social

Comunitária, que está no âmago das relações humanas na comunidade, compreendendo suas características socioculturais, que evidenciam as políticas públicas em educação.

No curso de Pedagogia e outros, os alunos se enfrontam em meio a comunidades para o desenvolvimento da disciplina de Pedagogia Social ou para os estágios de outras disciplinas e cursos. Em geral, despreparados, sem saber bem o que fazer em uma comunidade. Nesse sentido a Universidade vai ao encontro de uma Pedagogia Social que é comunitária, portanto não é direcionada a uma classe social, mas ao sujeito em comunidade.

## SEGURANÇA E EDUCAÇÃO

Os sujeitos estão flexionados ao desamparo de uma segurança aguardada que nunca se estabelece no mundo competitivo da individualidade frente a uma realidade imponderável da qual se sente ausentado, causando ressentimentos que se manifestam no estado em que se encontra o sujeito em sofrimento e que, portanto, “atua sobre um diferencial de situação social e joga a responsabilidade da desgraça em cima ou embaixo na escala social”(CASTEL, p. 52, 2010). A percepção de comunidade se distancia e se faz como transferência de um mal estar local em direção à própria sociedade, causa de angústia, inveja e medo de não possuir ao ver os que aparentemente possuem esse bem estar, levando a um desprezo extemporâneo, sem definição no tempo, de uma vida que pode ser impedida a qualquer momento de se realizar plenamente.

Porém, a comunidade é o lugar do sujeito, do homem e das relações políticas, sociais, culturais que a determinam, e por isso mesmo possui a sua própria história, que não pode ser substituída em se “reduzir a proteção social a uma ajuda, muitas vezes de qualidade medíocre aos mais necessitados”(CASTEL, p. 74, 2010). Sendo assim, a atividade pedagógica não pode representar a ação política de inserção social de governo, posto que a Pedagogia Social atua em meio à luta de classes e ao programas governamentais. Nesse sentido, a ciência não fica restrita, atrelada a ações de governo. Antes pelo contrário, tendo por si mesma autonomia para atuar em meio às classes sociais. A pedagogia atua nas comunidades compreendendo o direito do sujeito social como um todo de ser protegido:

É preciso lembrar com firmeza que a proteção social não é somente a concessão de benefício em favor dos necessitados para evitar-lhes uma decadência total. No sentido forte da palavra, ela é para todos a

condição básica para que possam continuar a pertencer a uma sociedade de semelhantes(CASTEL, p. 98, 2010).

A educação é um dos elementos de proteção social, não tem classes, trata-se do direito de todos, abarcando o processo de hominização<sup>iii</sup>, a criação do sujeito para o crescimento da comunidade de semelhantes.

Se a existência humana não é garantida pela natureza, não é uma dádiva natural, mas tem de ser produzida pelos próprios homens, sendo, pois, um produto do trabalho, isso significa que o homem não nasce homem. Ele forma-se homem. Ele não nasce sabendo produzir-se como homem. Ele necessita aprender a ser homem, precisa aprender a produzir sua própria existência. Portanto, a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide, então, com a origem do homem mesmo(SAVIANI, p. 153, 2007).

A semelhança do homem é a sua humanidade em formação.

## ESTÁGIO EM COMUNIDADE

A formação do professorado junto às comunidades deve ser elaborada no sentido de integração da universidade, considerando os seguintes pontos: a que fim se apresenta, se é para um teste, para pôr em prática o aprendido, para buscar subsídios para um trabalho acadêmico, para ajudar a se relacionar ou a compreender afinal das contas a razão de estarem ali. Paulo Freire (1967) fez entender que a educação deve ser tratada em cada espaço social de modo diferente, compreendendo a realidade da comunidade. “Será a partir da situação presente, existencial, concreta, refletindo o conjunto de aspirações do povo, que podemos organizar o conteúdo programático da educação ou ação política”(FREIRE, 1994, p.86). Para tanto, deve-se conhecer e participar da comunidade, buscando encontrar temas geradores problematizando-os, promovendo, assim, uma dialética do conhecimento que gere a superação.

Entende-se que a relação da educação com a comunidade se faz no conhecimento de sua própria realidade enquanto ação pedagógica teórico/prática de uma Pedagogia Social Comunitária, isto é, de transformação social. “Fatores como autonomia e liberdade, básicos na construção de uma sociedade justa e que tenha como fundamento a cidadania, não convivem com o assistencialismo e a filantropia”(SILVA, 2001, p. 04). Nesse sentido, entende-se que a realidade concreta da comunidade é novamente conhecida, problematizada e discutida entre os educandos e educadores, em

um processo dialético, onde a transformação social, foco de ação pedagógica, viabiliza o conhecimento dos meios para a superação.

Superar se inicia no próprio enfrentamento dos problemas, na determinação de que é possível operar mudanças concretas, de que a prática e a teoria encaminham-se em conjunto para um novo estágio do conhecimento. A diferença no mundo plural deve ser aceita enquanto não o seja a sua comorbidade em se tratando da miséria em relação à riqueza, direito de minorias em relação à falta de oportunidade da grande maioria, condições sociais dos sujeitos a alcançarem objetivos prévios e as condições locais dos sujeitos renegados à margem da sociedade, possibilidade de educação e impossibilidade.

Diferente do pensamento de que “toda vida em conjunto, íntima, interior e exclusiva, constitui a comunidade; a sociedade é o público, o mundo” (LUZURIAGA, p. 24, 1960), a realidade concreta da sociedade possui amplo intercâmbio com o universo local; o sujeito continua comprometido com a comunidade sem, no entanto, deixar de participar do social. Essas relações, entre outras, requerem a presença do pedagogo na comunidade, compreendendo a Pedagogia Social enquanto ciência da educação que trata das relações do sujeito em comunidade, operando a sua autonomização, tornando-o capaz de problematizar e enfrentar as questões sociais com o esclarecimento da situação vivida, promovendo a sua libertação através da práxis e do conhecimento.

## ACÇÃO PEDAGÓGICA COMUNITÁRIA

Percebe-se que, no mais das vezes, a ocorrência de intervenção comunitária como ação pedagógica se dá contrariamente ao pressuposto da nossa discussão: conhecimento da realidade concreta. Isso ocorre quando o pedagogo não está preparado para ser um educador que aprende e que ensina aprendendo. Acontece que a realidade concreta é um desafio a ser conhecido. Porém, enquanto as políticas públicas em educação divisarem que só há uma única educação que, suficiente em si mesma, deve ser arremetida aos sujeitos como verdade indissolúvel, fundando-as “no entendimento de que existe uma identidade nacional, construída a partir da idéia de um Estado-Nação”<sup>iv</sup> (ALMEIDA, 2005, p.02), tal situação dificilmente irá mudar.

Assim como a realidade é múltipla e complexa, a vida dos sujeitos em comunidade e em seu interior também se diferencia, obrigando, portanto, o pedagogo em comunidade ultrapassar os limites de uma educação única, construindo diálogos

educativos em que o aprendizado seja consequente das superações dos temas geradores, oportunizando novas perspectivas para o conhecimento do real concreto. Do contrário, os sujeitos seriam vítimas de uma ideologia que se basta a si mesma, não necessitando de discussão e aprofundamento, subsumidos pelas políticas universais da educação:

“Daí o caráter monocultural da educação universalista que prevalece nos currículos escolares, e que pressupõe que todos/as compartilham igualmente de uma mesma cultura. Assim, por meio de uma ação homogeneizadora a educação escolar, com frequência, ignora ou cala as diferenças culturais e reforça as desigualdades sociais”. (ALMEIDA, 2005, p. 01)

Não há como legitimar políticas que não correspondam à multiplicidade e diversidade da realidade contemporânea mantendo um caráter essencialista e monocultural<sup>v</sup> da educação quando se conhece as diferenças da realidade das comunidades. Nesse sentido, evidencia-se que o pedagogo em comunidade deve priorizar a realidade local, conhecê-la para efetivar diálogos, para que haja, portanto, integração de saberes e ampliação do conhecimento.

O sentido de comunidade está arraigado no processo de desenvolvimento do capitalismo com a industrialização, como se deu no Brasil na década de 50, “ligada à perspectiva de solução para os problemas sociais e de valorização de comunidade como unidade básica de desenvolvimento”(SILVA, 2003, p.20). Essa definição estabeleceu que a comunidade deveria ter o papel de possibilitar “políticas de modernização de valores e atitudes da população, com a finalidade de ampliar o mercado de consumo e instrumentalizar técnica e disciplinarmente o mercado de trabalho na perspectiva do paradigma de progresso e de participação”(SILVA, 2003, p. 21). Emerge desse ponto de vista que a comunidade é compreendida como instrumento de ação política de múltiplos órgãos, ao invés de ser propriamente uma organização social que se estabelece com características próprias.

“As relações comunitárias que constituem uma verdadeira comunidade são relações igualitárias, que se dão entre pessoas que possuem iguais direitos e deveres. E mais: as relações comunitárias implicam, também, a existência de uma dimensão afetiva, implicam que as pessoas sejam amadas, estimadas e benquistas.” (GUARESCHI, 2009, p. 97)

Considera-se que a formação de profissionais da educação deve ser avaliada no sentido de preparação do docente para o trabalho comunitário. Compreendendo que a comunidade, por si mesma, se faz através das relações humanas. O modo como vive e



estabelece a sua relação com o meio social aponta à emergência de que o pedagogo em comunidade deve compreender a realidade concreta.

Ao mesmo tempo em que aprende o pedagogo também ensina, essa troca deve ser o ponto principal de sua relação com a comunidade, a compreender que “as circunstâncias são transformadas precisamente pelos seres humanos e que o educador tem ele próprio de ser educado”(MARX, 1845), para que a ação pedagógica esteja relacionada ao conhecimento já adquirido pela comunidade, manifesta através de seu background.

O respeito à comunidade deve estar vívido no estagiário antes mesmo de sua ação pedagógica, saber que o outro o completa, e que, se não faz parte daquele universo comunitário, que peça licença, e seja um verdadeiro estranho a solicitar a sua participação. “A autogestão é o ápice de relações genuinamente democráticas, onde há participação de todos”(GUARESCHI, 2009, p. 99). Não há sentido em qualquer atividade pedagógica social em comunidade sem o requisito mínimo de que o outro detém o conhecimento, e o saber dos outros, respeitado, faz com que a ação pedagógica eficiente compreenda que a liberdade da comunidade é seu princípio e sua razão.

## BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, C. M. C.; MOREIRA, M. C. **Educação intercultural e formação de professores/as: uma experiência em assentamento rural**, ANPED, 2005.

Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/28/textos/gt08>

Acesso em: 19 jul. 2011.

BAUMAN, Z. **Comunidade**, Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BRASIL, PCN. MEC, 1997. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>

Acesso em: 02 ago.2011,

CASTEL, R. **Insegurança Social: o que é ser protegido?** Petrópolis: Vozes, 2010.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**, Paz e Terra, 1994.

\_\_\_\_\_. **Extensão ou comunicação**, Paz e Terra, 1983.

GUARESCHI, P. Relações comunitárias, relações de dominação. In: CAMPOS, R. H. F. (Org.). **Psicologia social comunitária, da solidariedade à autonomia**, Petrópolis: Vozes, 2009. P. 81-99.

LUZURIAGA, L. **Pedagogia social e política**, Cia. Ed. Nacional, 1960.

MARX, C. **Teses sobre Feuerbach**.

Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1845/tesfeuer.htm>

Acesso em: 27 jul. 2011.

SAVIANI, D. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos.**

Revista Brasileira de Educação v. 12 n. 34 jan./abr. 2007.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>

Acesso em: 06 ago. 2011.

SILVA, R. B. **Educação comunitária: além do estado e do mercado?** Cadernos de Pesquisa, nº 112, 2001. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/cp/n112/16102.pdf>

Acesso em: 23 de jul. 2011.

SILVA, S. R.; PANSARDI, M. V. **Os PCN, cidadania e democracia.** In: EDUCERE, PUC/PR, CURITIBA: 2007. Disponível em:

<http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2007/anaisEvento/arquivos/CI-262-01.pdf>

Acesso em: 01 ago. 2011.

---

<sup>i</sup> A primeira tese Feuerbach trata da prática enquanto atividade humana objetiva. (Ver bibliografia). Para Sanchez Vázquez (Cuadernos Políticos, número 12, editorial Era, México, D.F., abril-junio, 1977), trata-se de transformar o mundo, e tem como base a crítica, o ápice que faz revolucionar o pensamento, e a um conhecimento do que é existente, real concreto. A autogestão, ou melhor, a autoprodução que cumpre ao homem realizar, uma realidade histórica e social que ao homem é realizado em um contexto histórico-social com e pela prática. A ação do homem se faz em seu movimento prático, na sua realização de onde se desdobra a teoria e a prática conjuntamente, portanto, prática humana. Para conhecer mais sobre o artigo de Vázquez (1977), acesse o link:

<http://www.cuadernospoliticos.unam.mx/cuadernos/contenido/CP.12/CP.12.6.SanchezVazquez.pdf>

<sup>ii</sup> Assim como a Psicologia Social desenvolveu a especificidade em Psicologia Social Comunitária, o artigo incide em Ciências da Educação - Pedagogia que a Pedagogia Social no Brasil se apresenta morfológicamente indefinida devido as variantes Trabalho Social, Educação Social (etc.) que haja um norteamento epistemológico para o campo, e assim se infere a Pedagogia Social Comunitária que se relaciona à atividade específica do pedagogo, bem como de estagiários em Pedagogia para a ação pedagógica em comunidade. São questões a serem superadas.

<sup>iii</sup> Termo da antropologia a respeito da evolução, considerado aqui como processo histórico do homem que teve como princípio a educação como base do processo do conhecimento. Ver: PINTO, A. V. Ciência e existência. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

<sup>iv</sup> O paradigma de um Estado-Nação é da identidade unívoca, de que não há dessemelhança e que a realidade vivida é igual para todos. O estudo das professoras Almeida, C. M. C. & Moreira, M. C. (2003) o livro “Reinterpretando o Brasil, da revolução burguesa à modernização conservadora” de Marcos Vinícius Pansardi também pode auxiliar para o entendimento.

<sup>v</sup> A filosofia do essencialismo é a que se refere a que tudo e todos tenham em essência algo que os abarque, que em essência por exemplo, somos todos matéria. No sentido do que se apresenta é um Estado cuja ideologia está inerente ao sujeito em igualdade de direito, de existência. Discorda-se disso porque o sujeito da comunidade é um sujeito impregnado de seus valores comunitários, e deve ser respeitado por isso. E monocultural por se tratar de uma só cultura que abrangeria a todas as possibilidades do sujeito em sua realidade comunitária, discorda-se porque o sujeito é o criador da cultura, e no universo comum de sua existência ele é protagonista.

---

\*Doutorando em Ciências da Educação da Faculdade de Humanidades da Universidad Nacional de La Plata/Convenio ICEPEM-UNLP.

\*\* Doutor em Filosofia (UFRJ), professor pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná (PPGE-UTP-PR).